

## O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BAHIA: A FFPVC

Luciana Canário Mendes<sup>1</sup>

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro<sup>2</sup>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

### RESUMO

O presente estudo objetiva tecer algumas considerações sobre os primórdios da educação superior pública em Vitória da Conquista – Bahia, na década de 1970, tendo como eixo central a implantação da Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista (FFPVC). Essas reflexões são baseadas em dados da pesquisa realizada a respeito do processo de expansão e interiorização do ensino público superior nesta cidade, que se articulou dialeticamente com a sociedade estruturada sob o modo de produção capitalista e com a função coercitiva que o Estado assumiu no período ditatorial<sup>3</sup>.

Palavras-chave: História da Educação; Educação Superior; Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista.

### PROCESS INTERIORIZATION HIGHER EDUCATION IN VITORIA DA CONQUISTA/BAHIA: the FFPVC

### ABSTRACT

This study aims to make a few observations about the beginnings of public higher education in Vitória da Conquista - Bahia, in the 1970s, and centered on the implementation of the School of Teacher Training in Vitoria da Conquista (FFPVC) . These reflections are based on survey data carried on the process of expansion and internalization of public higher education in this city, which was articulated dialectically with society structured under the capitalist mode of production and the coercive role the state assumed the dictatorial period.

Keywords: History of Education; College education; Faculty of Teacher Education in Vitoria da Conquista.

### Introdução

De natureza bibliográfica e documental, este estudo teve como objetivo principal analisar os primórdios da educação superior em Vitória da Conquista – Bahia, na década de 1970, tendo como eixo central a implantação da Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista (FFPVC)<sup>4</sup>. Utilizamos como principais fontes os documentos legais (leis, decretos, pareceres, resoluções), planos e relatórios governamentais (Plano Integral de Educação e Cultura – 1968-1971) e institucionais.

Destaca-se esse período da História da educação baiana, haja vista que essa década representou para a Bahia um marco no seu processo de modernização econômica, com uma forte intervenção estatal favorecedora da acumulação privada de capital e a adoção do binômio “educação e desenvolvimento” como eixo das políticas públicas. A política educacional baiana passou a ser pensada como integrante dos planos econômicos globais e, como política pública, voltou-se à atuação na correlação de forças sociais, seguindo determinações do desenvolvimento econômico capitalista.

Esse período foi marcado pelo lema “Segurança e Desenvolvimento”, coordenado pelo general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que buscou estruturar a economia de modo a implementar um modelo de modernização e desenvolvimento, que atendesse às demandas do regime imposto. Nesse contexto, decorreram significativas mudanças na política educacional,<sup>5</sup> criadas pelas Leis nº 5.540/1968 (referente ao ensino superior) e nº 5.692/1971 (referente ao antigo ensino de 1º e 2º graus); configuradas, principalmente, por baixos investimentos demandados pelas licenciaturas curtas e pela necessidade de formação de recursos humanos para o projeto desenvolvimentista nacional, com o qual o Estado da Bahia estava estritamente vinculado<sup>6</sup>.

Segundo Cunha (2007) o sentido histórico das reformas da ditadura militar não pode ser entendido de forma única, como um bloco hegemônico de transformações. Tais políticas devem ser apreendidas como complexas relações entre a educação e o contexto histórico — econômico, político e social — vivido pelo país nesses anos conturbados, que aprisionaram fortemente os caminhos da educação no País.

Por conta disso, novas estratégias foram traçadas nos estados, no nosso caso, na Bahia e em Vitória da Conquista, especialmente, visando atender às exigências do governo federal para interiorização e expansão deste nível de ensino<sup>7</sup>.

Além das condições nacionais e estaduais propensas à expansão do ensino superior, temos que levar em consideração que, neste período, ocorreram mudanças na Região Sudoeste da Bahia (na qual se encontra inserido o nosso objeto), caracterizadas, prevalentemente: pelo incremento das atividades agropecuárias, pelo crescimento populacional, pela urbanização, conseqüente aumento das atividades comerciais no atacado e no varejo, e pela criação de novos municípios<sup>8</sup>. Mudanças essas que viriam a definir a busca de soluções para os problemas educacionais mais abrangentes, seja na formação de professores para atender à população advinda, seja na formação de profissionais liberais e técnicos capazes de solucionar os problemas decorrentes deste acelerado desenvolvimento regional.

Somando-se a esse contexto, no final da década de 1960, o governo estadual propõe, via Plano Integral de Educação e Cultura-PIEC<sup>9</sup>, mecanismos de intervenção, sobretudo em áreas até então consideradas pouco assistidas, de forma a aumentar a oferta de matrículas aos níveis do ensino primário e secundário, atual educação básica, e melhorar a qualidade do ensino, através de seleção racional de professores e treinamento dos já existentes (BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura, 1969, vol. I, p. 154).

Esse Documento, dentre outros motivos, direcionou ensino superior público para a iniciativa estadual, promovendo sua interiorização, com a proposta de “Instalação no interior do Estado de 04 Faculdades de Educação, para formação de professores de 1º ciclo do ensino médio”<sup>10</sup>.

Visando a atender tais objetivos é que, dentre outras medidas, se instalaram as Faculdades de Formação de Professores nos municípios de Vitória da Conquista, Jequié, Feira de Santana e Alagoinhas, somando-se à Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF), criada na década de 1960. Excetuando-se a FAMESF<sup>11</sup>, as faculdades de

formação de professores, organizadas entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, passaram a ter um importante papel na história da educação superior baiana.

Oliveira (1983), em pesquisa realizada nessas Faculdades no início dos anos de 1980, observa que essas Faculdades, via de regra, ofereciam os cursos de Letras, Estudos Sociais e Ciências, na modalidade licenciatura curta<sup>12</sup>, visando “suprir as deficiências regionais na formação de professores”.

### Considerações acerca das legislações educacionais

Após a promulgação do Plano Nacional de Educação e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 1961, foi estabelecido o Salário-Educação<sup>13</sup>, como fontes geradoras de receitas, que fizeram crescer os índices de matrículas no ensino do antigo 1º e 2º graus, atual ensino fundamental e médio, impulsionando a demanda pelo ensino superior.

Ademais, para implementar tais medidas, seria necessário investir na formação de professores. Por isso, disponibilizaram bolsas de estudos aos docentes das Universidades, para que estes se qualificassem especialmente nos Estados Unidos, totalizando 3.800 bolsas entre os anos de 1965 a 1970 (BAHIA, 1969).

A Lei nº 5.540/1968, dentre outros aspectos, acentuou as licenciaturas, a fragmentação dos cursos e a separação entre a formação pedagógica e a específica e enfatizava somente a formação prática. Neste ensejo, Saviani (1991) enfatiza que essa inspiração liberal é reflexo da Lei nº 4.024/1961 que aqui cede lugar a uma inclinação tecnicista, que buscava transpor para a escola a forma de funcionamento do sistema fabril, ignorava a articulação entre a escola e o processo produtivo, que se dá de modo indireto e por meio de complexas mediações (SAVIANI, 2011, p. 383).

Para Ferreira Júnior e Bittar (2008) os tecnocratas defendiam, como pressuposto básico, a aplicação da “teoria do capital humano”<sup>14</sup> como fundamentação teórico-metodológica instrumental para o aumento da produtividade econômica da sociedade. Dessa forma:

Durante a ditadura militar, as relações que se estabeleceram entre planejamento econômico, modernização acelerada das relações capitalistas de produção, tecnocracia e educação tinham na “teoria do capital humano” o seu elemento vital, a seiva ideológica que alimentava o projeto societário materializado no *slogan* “Brasil Grande Potência” (FERREIRA JR.; BITTAR, 2008, p. 344).

Era, assim, uma concepção de educação fundamentada na ideologia da igualdade de oportunidades e das aptidões naturais, de natureza profundamente economicista e dissimuladora das contradições sociais (FRIGOTTO, 1995). Uma concepção caracterizada por Saviani (1985) como tecnicista educacional. Por isso, foram utilizados mecanismos diversos que auxiliavam no processo de aquisição de “habilidades e competências” para o ingresso no mundo do trabalho. Foi embasada nessa concepção da função social da educação, que as instituições de educação superior e, no seu interior seus cursos de licenciatura, se proliferaram no Estado baiano.

Para o exercício do magistério a lei exigia como formação mínima:

- a) no ensino do 1º grau, da 1ª à 4ª série, habilitação específica de 2º grau;
- b) no ensino de 1º grau, da 1ª a 8ª série, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em **curso de curta duração**;

c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena (BRASIL, 1971, grifo nosso).

Foi ainda estabelecida à possibilidade de realização de Estudos Adicionais (uma espécie de supletivo), com mais um ano de formação pedagógica, para que os formados em nível médio pudessem lecionar nas séries finais do 1º grau e para que o portador de licenciatura curta pudesse atuar no 2º grau. Esses diversos tipos de formação inicial poderiam ocorrer em diferentes locais: universidades, faculdades, centros, institutos e “outros tipos de estabelecimentos criados ou adaptados para esse fim, com autorização e reconhecimento na forma da lei” (Art. 31). A esse respeito, Cunha (2000) observa que, após o golpe de 1964, acontece uma expansão acentuada do ensino superior no Brasil, acompanhada de uma importante tendência de diversificação de unidades. A referida Lei, dentre outras coisas, modificou os antigos cursos primários e ginasiais e transformou o 2º grau em curso profissionalizante, também como influência do tecnicismo.

Ambas as legislações apresentadas tinham como objetivo principal estabelecer uma disposição orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção. Com essas reformas educacionais, emerge uma nova configuração profissional do professorado público de 1º e 2º graus (FERREIRA JR.; BITTAR, 2006).

A política de implantação dos cursos de licenciatura curta já havia sido promulgada na Constituição de 1946, mas, ganhou impulso em 1964, por meio da indicação do Conselheiro Federal Newton Sucupira<sup>15</sup>, quando se institucionalizou a figura do professor polivalente para o antigo ginásio nos seguintes setores curriculares: Letras, Estudos Sociais e Ciências. Segundo o parecer 106 do Conselho Federal da Educação, de 04 de fevereiro de 1966:

As licenciaturas são as seguintes: Letras, Ciências e de Estudos Sociais. Com estas licenciaturas podemos fornecer professores polivalentes para as matérias fundamentais do primeiro ciclo, onde se verifica o maior índice de expansão da escola média. Sendo das mais modestas exigências, tais licenciaturas se tornam mais acessíveis as faculdades do interior que embora continuem a ostentar o nome de Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras são na realidade como *Teachers Colleges* Americanos [...]. É desejável mesmo que as novas faculdades a se instalarem no interior comecem com as licenciaturas de 1º ciclo podendo, posteriormente, evoluir para Faculdades de Filosofia com as licenciaturas tradicionais (p. 98).

Neste quadro, a formação de professores via licenciatura curta estava prevista na lei com o intuito de formar professores rapidamente e a baixos custos, com uma carga horária reduzida e o processo formativo bastante aligeirado, para suprir a demanda existente. A propósito, Chauí (1977) destaca que esses cursos surgem por uma necessidade de formação rápida e generalista de professores para atenderem à demanda de alunos no país. Como legitimação dessas novas políticas educacionais:

Duas coisas são fundamentais no projeto MEC-USAID: primeiro transformar a escola em empresa, facilitando, pois, o controle institucional do ensino; segundo, implantar a reforma gradualmente, sem grandes choques com a antiga estrutura, de modo a evitar alarido. Do ponto de vista legal é o que ocorreu sem falhas. O mesmo, porém, não pode ser dito quanto aos gastos sociais da sua implantação. Não se fizeram esperar dificuldades, e o

caso dos Estudos Sociais e da licenciatura curta é exemplar (CHAUÍ, 1977, p. 130).

A autora acrescenta:

O que é um professor curto? Um licenciado encurtado é curto em todos os sentidos: formação em tempo curto; a curto preço para a escola (mas a alto custo para o estudante), intelectualmente curto. Portanto, um profissional que dará aulas medíocres a baixo preço remunerado apenas pela hora-aula, sem condições de prepará-las. Incapacitado para a pesquisa – por falta de formação anterior e de condições para cursar uma pós-graduação – é um professor dócil. Dócil às empresas porque é mão-de-obra farta e barata; dócil ao Estado porque não pode refletir face à sociedade e ao conhecimento. Com esta degradação do professor em termo sociais e intelectuais, trazida pela reforma, reduz-se o nível do ensino e prepara-se a morte da pesquisa (Idem, p. 131).

Tais legislações, então, dentre outros objetivos, propunham o esvaziamento dos conteúdos, trazendo assim uma despolitização, ao mesmo tempo em que iria preparar e aumentar a mão-de-obra “qualificada”, que atenderia à demanda do desenvolvimento econômico emergente. Para isso, seria necessário apenas “qualificar tecnicamente” os recursos humanos (SILVA, 1983).

Os cursos foram organizados com duração de dois anos e, segundo o Parecer 81/65, poderiam atender tanto os “estudantes mais dotados” como os mais “lentos”, uma vez que sua duração poderia ser encurtada ou alongada de acordo com as necessidades dos alunos.

Sob essa ótica, Silva Jr. e Sguissardi (1999) indicam que a formação de mão de obra seria uma das benesses do diploma de nível superior, justificada pela flexibilidade na abertura das instituições, seja nos grandes centros, seja no interior dos Estados. A propósito, após o golpe de 1964, foi acentuada uma expansão do ensino superior no Brasil. Como vimos acima, o governo militar, via Conselho Federal de Educação propiciou uma abertura indiscriminada de escolas isoladas privadas de ensino superior.

Nesta perspectiva, as políticas educacionais, em geral e, especificamente, as que envolvem a educação superior normatizando sua expansão, sempre estiveram atreladas às intencionalidades. Tais intencionalidades decorrem principalmente de fatores econômicos como também fatores sociais, políticos, culturais e ideológicos.

Diante do exposto, devemos enfatizar que as legislações implementadas neste período só podem ser entendidas com “uma feição predominantemente organizacional, com clara inspiração taylorista e economicista” (CUNHA, 2003, p.180). Vale lembrar que, por meio do acordo MEC/USAID, foi estabelecido um importante canal de relacionamento entre os representantes das classes dominantes brasileiras e os interesses do capital norte-americano.

Não obstante, foram estabelecidas novas bases e novos planos de reestruturação do ensino superior, com o intuito de “resolver” problemas como a formação de quadros de docentes para vencer o baixo índice de matrículas; da fragmentação entre ensino, pesquisa e extensão; da falta de dedicação dos professores e definir cursos prioritários ao desenvolvimento econômico (SAVIANI, 2010).

Em presença de tais postulados, podemos inferir que ambas as legislações tinham como base a “teoria do capital humano”, conforme foi sugerido por Ferreira Jr. e Bittar (2006), que estabelece um vínculo direto entre educação e mercado de trabalho, educação e produção. Sob essa ótica, Cunha (2000) observa que o objetivo principal foi estabelecer uma

disposição orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a “modernização” autoritária das relações capitalistas de produção.

### **Alguns elementos da expansão/interiorização da educação superior conquistense**

No ano de 1968, o Estado da Bahia foi governado por Luís Viana Filho, primeiro governador eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa, por indicação do então Presidente Marechal Castelo Branco, tendo à frente da Secretaria de Educação e Cultura, Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito (1967-1969)<sup>16</sup> e, no final do governo, Edivaldo Machado Boaventura (1970-1971).

Entre abril de 1967 a abril de 1968, foi realizado um diagnóstico da situação educacional do Estado e organizado dois planos, onde foram traçadas as metas e estratégias de uma nova política educacional: o Plano de Emergência e o Plano Integral de Educação e Cultura para o Estado da Bahia (PIEC), aprovados pelo Conselho Estadual de Educação.

Como parte do Plano de Emergência, o Governo fez aprovar a nova Lei Orgânica do Ensino (nº. 2.463 de 13 de setembro de 1967, com a intenção de adequar a educação aos problemas regionais), a Reforma Administrativa da Secretaria da Educação (Lei nº. 2.464 de 13 de setembro de 1967) e o Estatuto do Magistério Público da Bahia (Lei nº. 2.521 de 23 de fevereiro de 1968, que instituiu o regime jurídico do pessoal docente a serviço do Estado, definindo as atividades do ensino como aquelas pertinentes ao ensino e à pesquisa) (BOAVENTURA, 2009).

O PIEC apresentou como princípios básicos da política educacional:

- a) O Plano está estruturado como resposta a necessidade de preparar recursos humanos visando a aceleração do processo de desenvolvimento econômico, cultural e social do Estado;
- b) A amplitude de ação governamental aliada a limitação dos recursos disponíveis ou mobilizáveis exigirá a opção imediata por prioridades fundamentais;
- c) Integração e articulação da ação do setor público com o setor privado, através de objetivos comuns buscando uma maior eficiência para o sistema de ensino (BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura, 1969, vol. II, p.126).

Além disso, o Plano destacava que, entre os estados brasileiros, a Bahia alcançava o 14º lugar, na proporção entre universitários e habitantes. Essa classificação, acrescida dos contingentes dos níveis primário e médio, iria intensificar o estrangulamento do processo de desenvolvimento do Estado.

O referido Documento pretendia lançar propostas de intervenção, sobretudo em áreas até então consideradas pouco assistidas, de forma a aumentar a oferta de matrículas aos níveis do ensino primário e secundário, atual educação básica, e melhorar a qualidade do ensino, através da seleção racional de professores e treinamento dos já existentes:

- Ampliação da rede escolar – escolas primárias, pré-primárias e educação de adultos;
- Treinamento de professores de 1º ano;
- Treinamento de professores para o ensino pré-primário;
- Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para a educação de adultos;
- Treinamento de professores para a escola complementar;
- Aperfeiçoamento dos professores em exercício;

Elaboração, revisão e implantação do currículo e programas de ensino primário e da educação de adultos;  
Elaboração e edição de livros didáticos;  
Avaliação do rendimento de aprendizagem;  
Formação profissional;  
Projeto de alfabetização funcional (BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura, 1969, vol. I, p. 154).

Em relação ao ensino público superior, o Plano o direcionou para a iniciativa estadual, promovendo sua interiorização, como pode ser observado:

- Concessão de auxílio financeiro (bolsas) a 270 alunos do Curso Superior, durante o quadriênio 68/70.
- **Instalação no interior do Estado de 04 Faculdades de Educação, para formação de professores de 1º ciclo do ensino médio.**
- Criação da Universidade Estadual, situada no Sul do Estado;
- Implantação de uma Escola Superior de Educação Física no Estado, sediada em Salvador.
- Equipamento e ampliação da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco:
  - a) construção de alojamentos para professores;
  - b) equipamento.
- Financiamento a estabelecimentos de ensino superior vinculados ao Plano Integral de Educação e Cultura, sediado na Capital e no Interior (BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura, 1969, v. 2, p. 65-66, grifo nosso).

Na descrição das metas estratégicas, o PIEC enfatizou que a inexistência de Faculdades, determinava o tipo de Universidade a ser criada. Em relação à demanda pelas Faculdades, o Documento é enfático ao afirmar que “no Estado da Bahia, o crescimento econômico facilmente observável na fase atual, implica um desenvolvimento e este cria necessidades de caráter sócio-cultural” (p. 69). Podemos inferir que o Secretário de Educação – Navarro de Brito tinha a ambição de “[...] promover uma grande transformação na estrutura socioeconômica da Bahia” (op. cit., p. 09).

Em relação à demanda de professores, O Jornal de Conquista<sup>17</sup>, de 07 de dezembro de 1968, já evidenciava uma expansão de instituições no interior do Estado da Bahia, especialmente nas cidades de Feira de Santana, Itabuna, Jequié, Alagoinhas, Vitória da Conquista, Ilhéus, Santo Amaro, Juazeiro e Itapetinga que, conseqüentemente, evidenciava a carência de professores habilitados. Segundo o redator, o governador Luís Viana Filho, em despacho com o Secretário de Educação, Navarro de Brito, desenvolvia o programa denominado de “operação escola”, isto é, foram construídas escolas nos municípios baianos que ainda não possuíam grupos escolares oficiais.

Dados trazidos por Boaventura (1978) apontam que, no período entre 1965 e 1975, houve um crescimento expressivo no número de matrículas, para o 1º grau, com taxa do aumento de 7,2%. Já no 2º grau, essa taxa elevou-se para 15,5%.

A perspectiva para o ensino superior era a de que “em 1971, a matrícula no Interior será quase o dobro da matrícula na capital, o que exige de já uma tomada de posição, sobretudo para a solução do problema de pessoal docente”. Portanto, o referido Plano contemplava inclusive o aperfeiçoamento dos profissionais leigos, que já estavam em exercício.

Apesar de tal demanda só existiam duas universidades no Estado: uma pública – a Universidade Federal da Bahia/UFBA, criada em 1946, e outra privada confessional – a

Universidade Católica de Salvador, que surgiu em 1952, além de poucas instituições de ensino superior isoladas, algumas ministrantes dos cursos de Filosofia e Sociologia. Convém lembrar que a UFBA resultou da união de oito unidades já existentes, dentre estas, três criadas pelos governantes baianos: Escola Politécnica (criada em 1896), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (criada em 1941), ambas incorporadas à UFBA em 1946; e a Escola Agrícola da Bahia (criada em 1877 e que, no Governo Landolfo Alves, 1838-1942, passou à condição de Escola de Agronomia em Cruz das Almas, incorporada a UFBA, em 1967) (CUNHA, 2003, p. 89).

O interior do Estado contava com apenas cinco Instituições de ensino superior, todas particulares, a saber: Faculdade Católica de Direito (Ilhéus), Faculdade de Sociologia e Política (Ilhéus), Faculdade de Filosofia (Itabuna), Faculdade de Ciências Econômicas (Itabuna) e a Escola de Sociologia e Política (em Vitória da Conquista)<sup>18</sup>.

Vale lembrar que, mesmo que a Lei nº 1.802, em 26 de outubro de 1962, tivesse determinado a implantação de cinco faculdades de Filosofia, Ciências e Letras em Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetité, Juazeiro e em Vitória da Conquista, na prática, o Estado ainda não tinha tomado providência no sentido de instalá-las. Essas instituições teriam como objetivo “preparar professores para o magistério secundário, incrementar a pesquisa científica e difundir a cultura universitária no interior do Estado”. Essas instituições amenizariam a situação pouco lisonjeada da Bahia quanto aos índices de matriculados em cursos superiores em relação à população.

Dentre outros interesses do Estado, no jornal supracitado, estava a formação de técnicos e profissionais qualificados, visando não somente ao atendimento da demanda existente e imediata, como a demanda prevista para o mercado de trabalho.

Legalmente, o ensino superior, por excelência, estava destinado a ser ministrado nas Universidades (Lei nº 5.540/1968), contudo, a legislação admitiu sua oferta em faculdades isoladas, como exceção (art. 2º). Aliando-se ao art. 22 do Decreto-lei 464/1969, vemos, neste Estado, a preocupação de fazer corresponder os cursos ao mercado de trabalho e concatenar as necessidades do desenvolvimento nacional.

Com tal permissão legal e visando a atender tais objetivos é que, dentre outras medidas, se instalaram as Faculdades de Formação de Professores nos municípios de Vitória da Conquista, Jequié, Feira de Santana e Alagoinhas, somando-se à Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF), criada na década de 1960. Excetuando a FAMESF<sup>19</sup>, as mencionadas faculdades de formação de professores, organizadas no início da década de 1970 e estendidas posteriormente para outros municípios, passaram a ter um importante papel na história da educação superior baiana.

O PIEC justificava que as cidades foram selecionadas porque “desfrutavam de condições favoráveis que as colocava acima das outras, e que, assim sendo, tinha maiores probabilidades de se desenvolverem com maior rapidez e facilidade” (BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura, 1969, v. 2, p. 101). Dentre os critérios de escolha desses polos de desenvolvimento estavam: escolarização, índice populacional, zona de influência, consumo de carne, de eletricidade, de água, de gasolina, movimento postal e de telegrama, depósitos bancários e arrecadação de rendas (idem, p. 101-103).

Segundo o documento do Diagnóstico Estratégico da UESB podemos inferir que a interiorização do ensino superior na Bahia ocorreu,

Visando atender a manutenção e estabilidade social através do atendimento as demandas de setores médios que acompanham e participam do processo de modernização urbana. Embora não possamos afirmar a existência de uma relação direta entre a expansão do ensino superior e o processo de

desenvolvimento econômico da Bahia, percebemos a coincidência entre o processo de expansão industrial (instalação da CIA e do Polo Petroquímico de Camaçari) de um lado, e, do outro a criação e a instalação das unidades isoladas de ensino superior, posteriormente incorporadas a categoria de Universidade. Tudo indica que esse conjunto de fatores estimula a ideia de interiorização do desenvolvimento, reforçando a crença de que a educação é um vetor essencial para a dinamização dos fatores econômicos regionais e igualmente necessários para atender aos interesses de instrumentalização política de setores que, marginalizados pelas formas tradicionais, terão que se adaptar as “modernas” formas de produção econômica e de atuação política patrocinadas pelo Estado (UESB, 1993, p. 07).

Nesse ínterim, a educação superior pública passava a ter importância política e social para a manutenção do *status quo* do regime. A identificação do governo baiano com os propósitos do governo civil-militar pode ser vista no processo de condução da política estadual.

Assim sendo, verifica-se a vinculação entre a política nacional e a estadual baiana que favoreceu a implementação do plano de expansão do ensino superior público. Essa vinculação, na década de 1970, contribuiu para uma política de interiorização do ensino superior, conforme idealizado pelo Governo Federal, mediante a aprovação da Lei da Reforma Universitária e a sua política desenvolvimentista.

No plano local e regional, a nosso ver, esse período foi oportuno para reforçar a política da troca de favores entre o governo estadual e os municípios, bem como para dar respostas aos anseios da população baiana pela ampliação de vagas neste nível de ensino. Assim, o processo de constituição e implantação destas instituições de ensino superior público na Bahia ocorreu segundo os interesses políticos de grupos, na esfera do poder, ou seja, da correlação de forças políticas estaduais e locais em diferentes momentos de suas histórias (MIDDLEJ, 2004), mas, ainda, como parte e reflexo do que acontecia em todo o país, na conjuntura ditatorial de então.

Antes das questões nacionais, as necessidades regionais se entrelaçavam com estas. A autora supracitada aponta que:

No processo de instalação de Instituições Universitárias em determinados espaços geográficos, estabelece-se um conjunto de interesses onde estão em jogo relações de poder e hegemonia, sob o ponto de vista político e econômico. Quando instalada em determinada região, a Instituição Universitária ganha contornos socioespaciais pela incorporação do contexto local (econômico, político, cultural e histórico). Neste movimento, as Instituições assumem importância singular na dinâmica dos processos de desenvolvimento relacionados a questões específicas dos diferentes espaços regionais. A Universidade tende a ocupar uma posição fundamental nessa dinâmica, empreendendo processos que a levam a ocupar lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico, dadas suas características como Instituição com multiplicidade de funções, o que lhe exige adequação a dinâmicas sociais específicas (MIDDLEJ, 2004, p. 25-26).

Um aspecto a se analisar é que, sob o modelo vigente, as Universidades Estaduais baianas surgiram via aglomeração de instituições isoladas, mas, mesmo criadas em períodos distintos, todas tiveram características comuns, pois foram:

[...] trazidas das escolas que a antecederam, direcionadas a formação de professores e ao projeto acadêmico-institucional respaldados na sua importância como mola propulsora para o desenvolvimento regional (MIDDLEJ, 2004, p. 117).

Por outro lado, Flavo (1990) assegura que o processo de interiorização afigurou-se como estratégia compensatória por excelência, uma vez que, frente a um contexto de dificuldades político-financeiras, o Governo autoritário buscou, através de outros meios deter o progresso. Mormente, os Estados do Nordeste acompanhavam com retardo o processo de mudança no País, incluindo-se aí a Bahia:

Nesse Estado, os efeitos da crise são ostensivos, acentuados pela política interna do Governo quanto a concentração de investimentos na própria Região Metropolitana, em detrimento das áreas interioranas, impeditiva de um desenvolvimento mais harmônico da economia baiana. Esse fato produz o enfraquecimento das regiões já fortemente afetadas com a retração do apoio financeiro do Governo Federal aos Estados e Municípios, fazendo emergir visíveis sinais de insatisfação, além de dificuldades para o Governo (com a retomada do processo eleitoral) manter suas bases, historicamente marcadas por uma relação clientelística que, em muitos casos, só podia ser reproduzida, atendendo demandas em nível simbólico (FLAVO, 1990, p. 103).

Para essa autora, essas Instituições tiveram um caráter mais aparente do que real. Em suas palavras, “expressando-se muito mais como uma estratégia política de sustentação do governo, em um momento em que isso se tornava urgente e necessário, frente às perspectivas de reversão do quadro político baiano” (1990, p. 105).

A autora supracitada enfatiza que, por meio do discurso da interiorização, com a disseminação de faculdades, o Governo assegurou prestígio frente à comunidade interiorana e assegurou novas bases de sustentação política. Para a autora, “tal estratégia, mesmo que simbólica, seria, por outro lado, uma forma de prestigiar as lideranças políticas locais, compensando os desequilíbrios regionais, decorrentes da conhecida falta de apoio financeiro do Estado da Bahia a esfera municipal” (Idem, p. 105). Ademais, a análise evidencia a imbricação da educação com o poder do estado e seus interesses político-partidários.

No que concerne ao financiamento do ensino superior, essa autora destaca o “esgarçamento das precárias condições para atendê-las”. Através do PIEC essa informação pode ser confirmada, pois a soma do montante disponibilizado para a implantação das Faculdades resultou num total de NCr\$ 2.600.000,00 que representou um percentual de 41,2% do crédito especial (NCr\$ 6.307.000) destinado somente para esse nível de ensino. Contudo, a porcentagem do financiamento do ensino superior frente aos demais níveis e outras áreas foi irrisória (2,33%), conforme pode ser observado abaixo:

Ensino Primário .....	116.671.347
Ensino Médio .....	92.785.430
<b>Ensino Superior .....</b>	<b>6.307.000</b>
Cultura.....	30.457.591
Administração Geral .....	5.051.800
Programação e Orçamento .....	3.972.505
Estudos, Pesquisas e Planejamento.....	3.300.000
Programas Especiais .....	11.659.790

Recursos totais para o triênio .....NCr\$270.205.463  
(BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura, 1969, v. 2, p. 101, grifo nosso)

Mesmo com poucos recursos, a primeira faculdade foi instalada em Feira de Santana, em 1968, mediante o Decreto nº 20.647<sup>20</sup>. Segundo o Plano, o critério para escolha desta cidade como precursora se deu por causa das condições favoráveis para o sucesso da iniciativa, especialmente pelo número de escolas e alunos dos cursos primário e médio, bem como pela demanda de candidatos locais aos cursos a serem oferecidos. Num primeiro momento, a Faculdade ofertou o Curso de Licenciatura Curta em Letras e, no segundo ano, foram oferecidos os cursos de Estudos Sociais, Ciências e Matemática, na mesma modalidade (BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura, 1969, v. 2, p. 69).

Dentre outros motivos, esse Plano tinha uma orientação tecnocrática, conforme a tendência nacional e identificava-se com os pressupostos do capital humano. Tal concepção permeou todos os planos educacionais subsequentes (CHAPANI, 2010, p. 93, apud SILVA, 2007).

As Faculdades de Formação de Professores de Vitória da Conquista (FFPVC) e de Alagoinhas (FFPA) foram criadas mediante Decreto Estadual nº. 21.363, de 30 de julho de 1969. Entretanto, a autorização de funcionamento de ambas se deu através do Decreto Federal de 11 de fevereiro de 1971, com a implantação do curso de 1º grau de Letras.

Oliveira (1983), em pesquisa realizada nessas Faculdades no início dos anos de 1980, notou que a FFPVC e a FFPA tiveram suas primeiras matrículas em 1972, com o objetivo de formar professores para o ensino de línguas, especialmente o Português, além de Francês e Inglês, informação ratificada nos depoimentos dos primeiros professores, que será apresentada posteriormente.

Em 1970, o Governo do Estado implantou a Faculdade de Formação de Professores de Jequié (FFPJ), mas, suas atividades só iniciaram em 1976, com a autorização de funcionamento do Conselho Estadual de Educação (CEE) do curso de Ciências (NEVES, 1987, p. 114).

Esse autor acrescenta que, nesse mesmo período, foi criada a Faculdade de Filosofia de Itabuna, pela iniciativa privada, com o apoio da Comissão Executiva para a Produção da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Algum tempo depois, essa unidade de ensino incorporou-se a outras instituições, dando origem a Federação de Escola Superior de Ilhéus e Itabuna (FESPI).

Interessante observar que todas essas Faculdades ofereciam cursos de licenciaturas curtas, pois, com essa opção, o governo do Estado, a exemplo do que acontecia no País, estabeleceu políticas educacionais de caráter emergencial e aligeirado, sobretudo nas cidades interioranas. Ademais, com recursos escassos permitia aos professores das faculdades de formação ministrar diferentes disciplinas para regiões carentes destes profissionais ou, ainda, “habilitava” os professores leigos.

Para Midlej (2004), as faculdades buscavam suprir as deficiências regionais na formação de professores para o 2º grau. Além disso, a instalação desses cursos era menos onerosa, dependendo basicamente da disponibilidade docente e de bibliotecas, muitas vezes, precárias<sup>21</sup>, para o reconhecimento junto ao Conselho Federal de Educação<sup>22</sup>.

Como instância normativa e deliberativa dessa orientação, foi criado o Departamento de Ensino Superior e de Aperfeiçoamento de Pessoal da Secretaria de Educação do Estado (DESAP), órgão responsável pela vida acadêmica das novas faculdades baianas. Legalmente, esse Departamento foi amparado pela Lei nº 2.464, de 13 de setembro de 1967 e teve, dentre outras funções concernentes ao ensino superior:

- 1- promover em colaboração com o Centro de Estudos e de Planejamento e outros órgãos, estudos e pesquisas visando ao aperfeiçoamento da educação superior a sua adequação ao desenvolvimento econômico do Estado;
- 2- levantar e manter atualizados os dados relativos à educação superior no Estado;
- 3- examinar e encaminhar ao órgão competente os pedidos de autorização dos estabelecimentos estaduais e isolados de ensino superior;
- 4- promover a articulação entre os estabelecimentos e entidades de ensino superior no Estado;
- 5- promover intercâmbio com estabelecimentos de ensino superior de que o Estado mantenha convênios;
- 6- promover a assistência social ao estudante (BAHIA, 1967, Art. 20, grifo nosso).

Essa legislação corrobora com a assertiva da imbricação existente entre o ensino superior e projeto desenvolvimentista estadual<sup>23</sup>.

Diante das revisões aqui apresentadas, destacamos que os cursos de formação de professores, implantados mediante a interiorização do ensino superior na Bahia, decorreram das novas demandas educacionais criadas pelas Leis nº 5.540/1968 e nº 5.692/1971; dos baixos investimentos demandados pelas licenciaturas curtas e da necessidade de formação de recursos humanos para o projeto desenvolvimentista nacional, com o qual o Estado da Bahia estava vinculado (CHAPANI, 2012).

### **Dispositivos legais para a criação da Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista**

A história da educação superior pública na região Centro-sul da Bahia iniciou em 1969, período da promulgação do Decreto Estadual nº 21.363, de 30 de julho com a instituição da Faculdade de Educação de Vitória da Conquista. No ano seguinte, o Governo do Estado criou a Faculdade de Formação de Professores, em Jequié, cidade que tinha estreitas relações políticas com o Governo Estadual, mas a FFPJ, só começou a desenvolver suas atividades acadêmicas no ano de 1977.

Em 11 de fevereiro de 1971, mediante o Decreto-lei nº 68.219, foi concedida à autorização para o funcionamento da Faculdade:

Art. 1º. É concedida autorização para funcionamento da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista autarquia criada pela Lei Estadual nº 2.741, de 11 de novembro de 1969, na cidade de Vitória da Conquista no Estado da Bahia (BRASIL, 1971).

No ano de 1971, Antônio Carlos Magalhães foi nomeado, pelo governo ditatorial, como Governador da Bahia. A partir daquele momento, esse Estado teria um projeto de desenvolvimento respaldado pelos interesses ditatoriais. Nesse ano, o ensino superior passou de fato a funcionar nos municípios escolhidos na agenda do Governo. Instituiu-se, a partir daí, um modelo de interiorização universitária descentralizado, ficando claro que o poder seria exercido sobre essas Instituições, por uma série de mecanismos governamentais.

Nesta oportunidade, foi instituída a Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista – FFPVC, com a implantação do curso de Letras, que foi reconhecido pelo Decreto Federal nº 79.252, de 14 de fevereiro de 1977. Em 11 de fevereiro de 1977, pelo

Decreto Estadual nº 80.552 foi autorizado o funcionamento do curso de Estudos Sociais e, em 17 de maio de 1979, também via Decreto Estadual, de nº 83.548, foi autorizado o funcionamento do curso de Ciências (com habilitações em Física e Matemática).

Neste ínterim, em 1981, no mesmo prédio onde funcionava a FFPVC, foram iniciados os cursos técnico-profissionais. Primeiramente, o curso de Bacharelado em Administração, que seria, depois, junto com as Faculdades de Formação de Professores de Vitória da Conquista e Jequié, pedra fundamental embrionária da Universidade do Sudoeste, logo seguidos de outros cursos.

Desde sua implantação até à sua autorização como Universidade (1971 a 1987, respectivamente), essa Instituição desenvolveu uma política de implantação de novos cursos, capazes de atender às demandas apresentadas pelo mercado de trabalho e às necessidades sinalizadas pela comunidade. No ano de 1982, passaram a funcionar, integradas à UESB, a Escola de Agronomia, em Vitória da Conquista, a Escola de Enfermagem e Obstetrícia, em Jequié e a Escola de Zootecnia, em Itapetinga, com cursos de bacharelado com duração plena.

Por conta dessa demanda acadêmica e da comunidade, no início de 1984, a partir de convênio entre a UESB e a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão-FAPEX e, sob a coordenação do Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público-ISP, da Universidade Federal da Bahia, foi elaborada uma “Carta Consulta”. Após dois anos de trabalho, este Documento foi entregue ao Conselho Estadual de Educação, solicitando autorização de funcionamento da UESB, em sistema *multicampi*, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Estado.

Pelos Decretos nº 119/87, do Conselho Estadual de Educação e Decreto nº 94.250, de 22 de abril de 1987, pelo Conselho Federal de Educação é autorizado o funcionamento da UESB, com sede em Vitória da Conquista e em outros dois *campi*: em Jequié e Itapetinga.

Especificamente, o *campus* de Vitória da Conquista foi construído a 03 km da área urbana e, essa distância entre as comunidades local e universitária parece ser uma característica geográfica da maioria das universidades criadas durante o regime civil-militar.

### Considerações finais

A história de uma Instituição é uma pequenina parte da História da Educação. Nesta pesquisa, apresentamo-la por meio da análise histórica e documental (escolares ou não, oficiais ou não), ou seja: atas, folhetos, livros de ocorrências, relatórios e outros, em arquivos públicos e particulares, como processo de transformação da sociedade. Muito embora o estudo tivesse objetivo definido, que foi o de “*analisar o início da educação superior em Vitória da Conquista – Bahia, na década de 1970, tendo como eixo central a implantação da Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista (FFPVC) e o impacto desta sobre a comunidade*” optamos por estudá-la no processo de transformação da sociedade. Especialmente porque, a nosso ver, uma instituição não pode e não deve ser identificada como uma estrutura à parte da sociedade, mas, sim, como mais um espaço a ela pertencente.

Partimos do entendimento de que a Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista foi constituída a partir do movimento e dos interesses da sociedade. Isso se deu em uma cidade politicamente organizada, ocupando determinado território e dirigida por um determinado governo, estabelecendo, desta forma, as relações que absorvem as tendências dominantes em cada momento da história.

Com base nos documentos e referências bibliográficas, podemos afirmar que se tratou e um governo ditatorial orientado para um determinado projeto econômico, social e educacional. Eles pretendiam um desenvolvimento atrelado aos princípios capitalistas, uma sociedade ordeira e pacífica e uma educação que atendesse a uma demanda cada dia mais

crecente – porém, uma educação conformadora, cujos conteúdos fossem capazes de catalisar os conflitos e manter o *status quo*. E, de fato, as leis educacionais evidenciam isso quando determinam disciplinas como Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, Estudos Sociais – em detrimento da Sociologia, Filosofia, História e Geografia, que facultariam o conhecimento integral e o livre pensar.

Neste sentido, a pesquisa evidenciou que, desde a década de 1960, o Estado visava à “modernização do país”, concatenado com requerimentos do capital internacional. Logo, o sistema educacional sempre foi considerado um elo necessário para o desenvolvimento econômico e social. Sob essa ótica, podemos afirmar que a expansão do ensino público superior na Bahia, na década de 1970, se articulou dialeticamente com a sociedade estruturada sob o modo de produção capitalista e com a função coercitiva que o Estado assumiu neste período ditatorial.

Postas as considerações anteriores, desde os anos de 1960, já existia o interesse da população interiorana para a implantação de uma instituição de ensino superior em Vitória da Conquista, o que aconteceu, com a criação da Faculdade de Sociologia, entretanto, ela não teve êxito, dentre outros motivos, possivelmente, por causa da mudança na direção política do país rumo à ditadura civil-militar.

Ao lado disso, no final da década de 60, do século passado, pressões, inclusive situadas nos grandes centros e política urbana, em consolidar cidades de médio porte e necessidades de expansão do capital, fez com que o governo passasse a articular o processo de implantação das Faculdades de Formação de Professor, dentre elas a de Conquista. A trajetória da FFPVC compõe um fenômeno importante pelas imbricações na vida do município e da região.

## Referências

BAHIA. **Plano Integral de Educação e Cultura**. Salvador/SEC, 1969.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa. **Lei nº. 1.802**, de 25 de outubro de 1962. Cria as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Caetité, Vitória da Conquista e Juazeiro e dá outras providências.

BOAVENTURA, Edvaldo M. **A construção da universidade baiana: origens, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BOMENY, Helena. **Newton Sucupira e os rumos da pós-graduação no Brasil**. Brasília: Paralelo 15, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2001.

BRASIL. **Lei nº. 5.540** – de 28 de novembro de 1968. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm)>. Acesso em: 28/03/2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 5.692** – de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <[http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692\\_71.htm](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm)>. Acesso em: 20/02/2013.

CHAPANI, Daisi Terezinha. A formação de professores na gênese do sistema estadual de ensino superior da Bahia. **Revista Brasileira Histórica de Educação**. Campinas – SP, v. 12, nº 01, p. 145-166, jan./abr. 2012.

CHAUÍ, MARILENA. Folha de São Paulo, 06 jul. 1977. In: PILETTI, N. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

CUNHA, Maria Couto. **A dinâmica e os fatores condicionantes da criação de cursos da educação superior no Estado da Bahia**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade reformada: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.

\_\_\_\_\_. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo. Ed. Unesp, 2000. 190 p

\_\_\_\_\_. **A universidade crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

FERREIRA JR, Amarílio e BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 27, n° 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

FLAVO, Lícia Queiroz. Crescimento do ensino superior estadual na Bahia e seus significados sócio-políticos. **Caderno CRH UFBA**, volume 03, número 13, 1990.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & Sociedade**. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GUSMÃO, Pedro de Souza. É muita coisa para contar. In: VILLAS BÔAS, Elzir da Costa (Org.). **UESB: memória, trajetória e vivências**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001. p. 359-363.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani. **Universidade e região: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

NEVES, Erivaldo Fagundes. A ação do Governo do Estado no processo de interiorização do ensino superior na Bahia. **Revista Sitientibus**. Feira de Santana, 4 (7), p. 113-119, 1987.

OLIVEIRA, Lucia Maria Costa. **Licenciaturas curtas: uma avaliação da experiência no Estado da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1983.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_. O legado educacional do Regime Militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez, 2008.

SILVA, Antônia Almeida; PINA, Maria Cristina Dantas. “Educar para enriquecer”: o liberal desenvolvimentismo, o projeto tecnocrático e a educação pública na Bahia (1940-1970). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.36, p. 57-69, dez. 2009.

UESB. **Diagnóstico estratégico para a ampliação da Uesb na perspectiva da criação de novos cursos**. Vitória da Conquista: UESB, 1993.

## Notas

<sup>1</sup> Pedagoga pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Doutoranda e Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB. Membro do grupo de pesquisa “Museu Pedagógico: a educação escolar”. Bolsista CAPES. *Email*: lucianacanario@gmail.com;

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Doutora em Educação pela UFBA e Pós-Doutora em Educação pela UNICAMP. É pesquisadora vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas História, Educação e Sociedade no Brasil – HISTEDBR e ao Museu Pedagógico, no qual coordena o Grupo de Pesquisa Fundamentos em Memória, Religião, Imagem e Educação. *E-mail*: apcasimiro@oi.com.br.

<sup>3</sup> MENDES, Luciana Canário. **Faculdade de Formação de Professores em Vitória da Conquista (FFPVC): memória e história de uma instituição de ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2013.

<sup>4</sup> Precisamos destacar que essa Instituição posteriormente, junto com a Faculdade de Formação de Professores de Jequié, com as Escolas de Administração em Vitória da Conquista e com a Escola de Zootecnia de Itapetinga, veio a transformar-se na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

<sup>5</sup> Por política educacional entendemos o conjunto de medidas tomadas (ou formuladas) pelo Estado e que dizem respeito ao aparelho de ensino (CUNHA, 1983, p. 439).

<sup>6</sup> Silva e Pina (2009) asseguram que o período 1940-1970 foi marcado pela perspectiva de “educar para enriquecer”, ensejada pelas visões liberal/desenvolvimentista, então dominante no período. Nessa compreensão, o Estado é quem controla e demarca as políticas públicas, inclusive educacionais, antenados ao processo geral de desenvolvimento mundial do capitalismo. As referidas autoras destacam que as séries de eventos que circunstanciaram as dinâmicas educacionais do período não foram suficientes para produzirem intervenções de espectros mais profundos e capazes de conduzir o estado a patamares educacionais condizentes com as guinadas econômicas sofridas no processo de industrialização (p. 68).

<sup>7</sup> Ao longo do presente estudo, utilizamos o termo expansão para nos referirmos à ampliação de oportunidades educacionais, considerando o acréscimo de matrículas, as diferentes modalidades políticas (como a criação de instituições e a expansão de vagas) e, como resultado dessas políticas, a interiorização de instituições no interior dos estados e regiões.

<sup>8</sup> UESB, 1986.

<sup>9</sup> Na gestão do governador Luiz Viana Filho e contou com o apoio dos secretários de educação Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito (1967-1969) e, no final do governo, Edivaldo Machado Boaventura (1970-1971).

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Após ser absorvida pela administração estadual em 1983, a Famesf é integrada às unidades formadoras da Universidade do Estado da Bahia-UNEB. Além disso, é importante observar que as unidades voltadas para o setor primário da economia não estavam vinculados a Secretaria de Educação e Cultura, criada em 1935; eram integradas a Secretaria de Agricultura. É com o Plano Integral de Educação e Cultura que ocorreu a mudança da área da agricultura para a educação (BOAVENTURA, 2009, p. 49).

<sup>12</sup> A política de implantação dos cursos de licenciatura curta já havia sido promulgada na Constituição de 1946, mas, ganhou impulso na década de 1960, com o surgimento da Reforma Universitária que assegurava que esses

---

cursos tinham objetivos profissionais específicos e tendiam a ser ministrados em estabelecimentos especiais ou unidades isoladas.

<sup>13</sup> O salário-educação foi criado pela Constituição de 1946, que previa que as empresas com mais de cem funcionários eram obrigadas a “manter ensino para seus servidores e os filhos destes” (Art. 178, inciso III), mas, tal cláusula só entrou em vigência com a Lei nº 4. 440, de 27 de outubro de 1964. Queremos ratificar que parte dos recursos deveria ser destinada para a antiga instrução primária ou que tais empresas poderiam ofertar esse nível de ensino.

<sup>14</sup> Teoria desenvolvida por Schultz que relaciona diretamente a educação com a economia, na medida em que atribui a primeira a capacidade de incrementar a produtividade da segunda (FERREIRA JR; BITTAR, 2008, p. 342).

<sup>15</sup> Newton Sucupira foi o relator do parecer nº 977/1965 que regulamentou a pós-graduação no Brasil, a justificativa estava na urgência de dotar o país de espaços especializados para o aprofundamento dos estudos e pesquisas, espaços que facilitassem a emergência e avanço na área de ciência e tecnologia em um momento de crescente demanda social por qualificação. Dentre os itens desse parecer estavam: as hierarquias dos cursos de mestrado doutorado, a definição dos níveis de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), as atribuições de cada um desses níveis, duração de cada um, expectativa dos trabalhos de dissertação e tese, condições de matrícula, duração mínima dos cursos, dentre outros. Sucupira então tivera atuação incisiva na Lei da Reforma Universitária (BOMENY, 2001).

<sup>16</sup> De acordo com Cunha (2003) a linha de governo de Vianna Filho e de seu secretário de educação refletia-se nos investimentos, por conta disso, as ações desenvolvidas pelo Secretário, não tiveram boa aceitação por parte dos militares e ele foi exonerado. Em seguida, assumiu cargo na Unesco em Paris, convite que, em tempos de AI-5, era recomendável aceitar.

<sup>17</sup> Foi fundado e dirigido pelo jornalista Anibal Lopes Viana e pelo seu irmão Asdrúbal Lopes Viana. Sua primeira edição foi lançada no dia 15 de agosto de 1958. Dentre os redatores, Camillo de Jesus Lima, foi um dos seus maiores colaboradores (TANAJURA, 1992).

<sup>18</sup> Fonte: Jornal A Tarde, de 19/02/1966.

<sup>19</sup> Após ser absorvida pela administração estadual em 1983, a Famesf é integrada às unidades formadoras da Universidade do Estado da Bahia-UNEB. Além disso, é importante observar que as unidades voltadas para o setor primário da economia não estavam vinculados a Secretaria de Educação e Cultura, criada em 1935; eram integradas a Secretaria de Agricultura. É com o Plano Integral de Educação e Cultura que ocorreu a mudança da área da agricultura para a educação (BOAVENTURA, 2009, p. 49).

<sup>20</sup> A Faculdade Estadual de Educação de Feira de Santana foi autorizada a funcionar pela Resolução nº. 07/68 do Conselho Estadual de Educação e foi amparada pela lei nº. 2784, de 24 de janeiro de 1970.

<sup>21</sup> A biblioteca da FFPVC, por exemplo, segundo inventário realizado em dezembro de 1974 acusou apenas 1.005 livros e 45 revistas (UESB, 1982).

<sup>22</sup> Segundo o Diagnóstico Estratégico da UESB, as principais dificuldades para a implantação dessa Faculdade, especialmente nos dez primeiros anos, foram: difíceis condições salariais para seus docentes e funcionários, falta de condições estruturais (laboratórios, salas de aula, etc.) e de regulamentação dos profissionais do ensino superior (UESB, 1993).

<sup>23</sup> Neste interim, o professor Pedro de Souza Gusmão (2001) destaca que o Governo do Estado se atentou para o fato de que a interiorização seria inevitável e, para isso, daria um estímulo de 30% aos pra professores licenciados que se deslocassem para o interior, mas assegura: “A bem da verdade, devemos dizer que a iniciativa de interiorizar o ensino superior foi do Governo, mas o interessante é que a comunidade regional viu, com essa iniciativa que poderia ter uma força maior, o ensino superior, por isso começou a incorporar a ideia e a pressionar o Governo para que não ficasse apenas com os cursos de formação de professores” (p. 381).

Recebido: março/16

Aprovado: dezembro/16